

## AS COLEÇÕES ESPECIAIS SOB O DOMÍNIO DAS DISTINÇÕES

**Vínícios Souza de Menezes**

Doutor em Ciência da Informação. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, Brasil.  
menezes.vinicios@gmail.com.

<https://orcid.org/0000-0003-4511-4477>

**Rodrigo Porto Bozzetti**

Mestre em Ciência da Informação. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, Brasil.  
bozzetti.rb@gmail.com.

<https://orcid.org/0000-0002-7887-2867>

## RESUMO

Partindo do conceito de distinção em Pierre Bourdieu, o texto descreve as ações das diferenças sociais e das legitimações dos discursos dominantes no corpo das coleções especiais. O artigo tem por objetivo abordar as coleções especiais sob o domínio das distinções e da crítica social dos julgamentos. A partir do conceito de documento especial da teoria (neo)documental, a metodologia comparativa foi adotada com a finalidade de mostrar as aproximações e distinções das coleções especiais nos campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia. O texto apresenta as discussões de documento por atribuição e documento por intenção de Jean Meyriat para sugerir a existência de hipodocumentos e supradocumentos. Argumenta como o adjetivo especial atribui um peso central ou marginalizado para coleções de documentos. Neste sentido, as coleções especiais são compostas por documentos especiais, dotados de características que os distinguem dos demais de maneira endo-orientada, caracterizada pela valorização da coleção/documento, ou, exo-orientada, caracterizada pela marginalização das coleções/documentos. Por fim, sob uma perspectiva crítica dos documentos especiais, o artigo conclui dirigindo um olhar para destinos futuros das coleções especiais sob uma mirada descolonial dos seus regimes.

**Palavras-chave:** Coleções especiais. Hipodocumento. Supradocumento.

## SPECIAL COLLECTIONS UNDER THE DISTINCTIONS DOMAIN

## ABSTRACT

Based on Pierre Bourdieu's concept of distinction, the text tests the actions of social differences and the legitimation of dominant discourses in the body of special collections. The article aims to address as special collections under the domain of distinctions and social criticism of judgments. From the concept of special document of the (neo) documental theory, the comparative methodology was adopted in order to show how approximations and distinctions of the special collections in the fields of Library Science, Archival and Museology. The text presents the document by objective and document by Jean Meyriat's intention to suggest the existence of hypodocuments and supradocuments. It argues how the special adjective assigns a central or marginalized weight to document collections. In this sense, he points out that special collections are composed of special documents, endowed with characteristics that distinguish them from others in an endo-oriented way, characterized by the valorization of the collection / document or exo-oriented characterized by the marginalization of collections / documents. Finally, under the critical guidance of special documents, the article concludes a look at the future destinies of special collections from a decolonial perspective of their regimes.

**Keywords:** Special Collections. Hypodocument. Supradocument.

Recebido em: 05/02/2021

Aceito em: 21/12/2021

Publicado em: 11/04/2022

## 1 INTRODUÇÃO

As coleções especiais são formadas por documentos definidos como especiais através de inúmeros critérios contingentes e contextuais. Tornar um documento especial é uma tarefa de atribuição de valor. Jean Meyriat (2001) abordou esta questão de julgamento e valoração

do documento através de duas perspectivas: i) a do documento por intenção e ii) a do documento por atribuição. A abordagem de Meyriat, reconhecida e disseminada no campo da Documentação, conceitua o documento por intenção como todo item criado com a finalidade de ser um documento. O documento deliberadamente criado com a finalidade de exercer o papel social de documento é denominado por Meyriat de documento por intenção. Por outro lado, perante os jogos sociais e a contingência dos seus usos por atribuição, Meyriat notou que alguns documentos passavam a ser valorados enquanto tal, sem, contudo, serem por natureza destinados à função documental. Os itens materiais que se tornaram documento, devido às circunstâncias sociais, culturais ou históricas, foram denominados por Meyriat como documentos por atribuição. Este julgamento que faculta a passagem de uma materialidade qualquer para a condição de documento é, em geral, produzido por instituições de guarda de acervo e seus agentes. As instituições são portadoras do poder da gênese documental e, por meio dos seus processos de validação material, podem eventualmente atribuir a certos itens uma finalidade documental, seja ela convencional ou especial. Deste modo, esse texto tem por objetivo abordar as coleções especiais sob o domínio das distinções e da crítica social dos julgamentos, cujo horizonte de discussão é: 1) o conceito de documento/coleção especial a partir da teoria (neo)documental (BUCKLAND, 1997; FROHMANN, 2009; LUND, 2009), e, 1.1) as aproximações e distinções deste conceito nos campos da Biblioteconomia, Arquivologia e Museologia.

No que diz respeito ao documento especial, este pode ter sido originalmente criado com esta intenção, ou, ter esta condição atribuída. No entanto, o documento especial configura-se por um *status* distinto do “documento comum ou ordinário”. Esta distinção confere ao documento especial uma espécie de condição que chamamos de supradocumental ou hipodocumental, cujo aspecto é diferente e, por vezes, hierarquicamente superior ou inferior aos demais documentos armazenados pela instituição custodiadora. Este “documento extraordinário” é, em linhas gerais, somente equiparado aos outros documentos especiais possuidores de uma condição semelhante.

Normalmente, os documentos especiais têm seu acesso restrito e possuem, paradoxalmente, um valor de exposição distinto dos outros materiais. Argumentamos que os documentos especiais de natureza supradocumental são quase sempre visualmente notados, conhecidos e citados; não se encontram esquecidos nos fundos de museus, arquivos ou bibliotecas. Uma série de práticas e cuidados em torno deste ente institucionalmente distinto, notabilizam a sua presença. Armazenados em salas com mobílias diferenciadas que remontam às memórias civilizatórias do Ocidente, os supradocumentos têm seus usos físicos restritos

a usuários seletivos, possuem preferência no processamento técnico, costumam ser explorados como tesouros pelas instituições em entrevistas, exposições e outras formas que visam atingir o público em geral. Ainda possuem preferência ou, até mesmo, verbas dedicadas aos processos de preservação, conservação e restauração, além de, nos últimos anos, terem prioridade de digitalização – ferramenta cuja finalidade recorrente é a da preservação. Por outro lado, argumentamos que os hipodocumentos, documentos especiais marginalizados, são o inverso do nobre documento especial, grafado pelas insígnias culturais da raridade. Por vezes invisíveis, os hipodocumentos ocupam as zonas periféricas dos acervos.

Deste modo, identificamos duas marcas distintivas de orientação para o estabelecimento de um documento especial: i) exo-orientado, movimento típico dos hipodocumentos, frequentemente notados nas definições dos campos da Arquivologia e da Museologia, e ii) endo-orientado, movimento de ascensão e elevação, tipicamente notado nos supradocumentos do campo da Biblioteconomia. Vejamos como essas funcionalidades e esses efeitos simbólicos provocados pela distintiva e especial condição de um documento acontecem nesta encruzilhada dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia.

## 2 SOB O DOMÍNIO DAS DISTINÇÕES: AS COLEÇÕES E O ESPECIAL

Sob o domínio das distinções e da crítica social dos julgamentos, as coleções figuram no adjetivo especial uma antonímia para tudo aquilo que não faz parte da classe do comum ou do ordinário. O especial é o que não é geral; diz o particular, o privativo, o reservado, o exclusivo. Fora do comum, a extraordinariedade que porta a qualificação de especial revela o traço da distinção dos julgamentos. Coleções especiais são um conjunto de materialidades marcadas pelo traço distintivo na constelação de escolhas dos técnicos – autoridades epistêmicas classificadoras do legítimo, do distinto e do reputado. Contudo, as coleções especiais se notabilizam por um duplo movimento na luta pelas classificações na vida social das coisas. Argumentamos que este duplo movimento pode ser: i) exo-orientado, por meio da marginalização das coleções especiais em relação aos materiais centrais de uma determinada instituição, ou, ii) endo-orientado, através da atribuição de nobreza cultural para certos artefatos, de uma mesma classe de documentos, marcados por selos de distinção, como, por exemplo, a raridade. Na luta pelas classificações, as coleções especiais podem, eventualmente, simbolizar tudo aquilo que é acessório e, de certo modo, alheio a determinado acervo, como, por outro lado, as coleções especiais podem modelizar o emblema distintivo da nobreza cultural, isto é, um traço

por excelência do mundo civilizado do Ocidente. As coleções especiais materializam a percepção dominante do mundo social, ao qual encontram-se vinculadas, em geral, institucionalmente.

Portanto, a partir dos objetivos traçados através da condição especial de determinados documentos, da análise das coleções especiais desde uma perspectiva tripartite dos campos da Arquivologia, Biblioteconomia e Museologia, e das duas proposições do texto: a) culturais/constativas – hipodocumentos e supradocumentos, e, b) sociais/normativas – exo-orientado e endo-orientado, buscou-se mapear nas práticas de organização do conhecimento das respectivas áreas os sentidos do especial em suas coleções.

## 2.1 Fundo arquivístico especial e Arquivologia

No campo da Arquivologia são documentos arquivísticos especiais: os documentos audiovisuais, iconográficos e sonoros. A tradição arquivística clássica, juntamente com as apropriações do campo da Diplomática (DURANTI, 1998), tem historicamente no formato do documento escrito e impresso, o seu elemento nuclear de distinção. Um dos exemplos clássicos é a definição do *Manual dos Arquivistas Holandeses* (1973 [1898]), livro-texto que, para a historiografia da Arquivologia, inaugura o campo científico-acadêmico da ciência arquivística como autônomo (RONDINELLI, 2013).

Arquivo é o conjunto de documentos escritos, desenhos e material impresso recebidos ou produzidos oficialmente por determinado órgão administrativo ou por um de seus funcionários, à medida que tais documentos se destinavam a permanecer na custódia desse órgão ou funcionário. (ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES, 1973, p. 13).

Desta maneira, um documento arquivístico especial seria denominado enquanto tal a partir da marginalidade em relação aos documentos escritos e impressos, isto é, como uma reunião de documentos fora (exo-orientada) dos limites demarcatórios do conceito distintivo de documento arquivístico (escrito e impresso). Logo, documentos sonoros, audiovisuais e iconográficos margeiam os limites de um fundo arquivístico tradicional, tendo linguagens, suportes, tratamentos e procedimentos de preservação e conservação distintos da condição comum do fundo. Este movimento não-nuclear e periférico aos propósitos das coleções gerais chamamos de exo-orientado. Segundo Rousseau e Couture (1998, p. 227), esta ação de incluir como arquivo, um documento com outras linguagens e outros suportes, ocorreu entre as décadas de 1960 e 1970, período da guinada da Arquivologia clássica para a Arquivologia contemporânea (RONDINELLI, 2013).

O termo 'documentos especiais', aplicado tanto às fotografias quanto aos documentos fílmicos e sonoros, nasce da mistura, de um lado, da dificuldade em contextualizar esses registros de natureza tão peculiar, se comparados aos documentos textuais nos arquivos, e, de outro, da facilidade da substituição do tratamento arquivístico pelo tratamento de conservação, dada a fragilidade de seu suporte, se comparado, mais uma vez, à estabilidade do papel. Atualmente, não é mais possível manter a afirmação da qualidade 'especial' desses registros, pois ela carrega em si a falta de conhecimento mais profundo acerca da sua natureza documental bem como o enfoque exagerado no tratamento de conservação em detrimento de sua organização contextualizada. (LACERDA, 2008, p. 80-81).

Ao incluir os documentos especiais no seu conjunto de tematizações, o movimento contemporâneo do campo arquivístico dedicou algumas linhas à conceitualização destes itens arquivísticos dos “novos tempos”. Marilena Leite Paes (1986) parte do elemento diplomático da fisicalidade para definir o documento arquivístico especial. Para Paes (1986, p. 6), um documento arquivístico especial é caracterizado por formas físicas diversas (fotografias, discos, fitas, clichês, microformas, slides) e, perante tal condição distinta dos documentos arquivísticos tradicionais, necessitam de tratamento, armazenamento, registro, acondicionamento, controle e conservação específicos. Pearce-Moses (2005), seguindo a linha da fisicalidade, denominou o documento arquivístico especial como aquele que, diante do seu formato físico e das suas características distintas, é armazenado separadamente dos documentos tradicionais, pois exigem tratamentos específicos e possuem dimensões alternadas, como, por exemplo, os documentos cartográficos, audiovisuais, sonoros, eletrônicos, digitais. Rousseau e Couture (1998, p. 288) usam a dimensão escritural para a definição de documentos arquivísticos especiais: “documentos não textuais”. Documentos não textuais são aqueles cuja informação é constituída por sons, imagens e outros elementos não textuais, como os filmes, mapas, planos e iconografias.

Desde um ponto de vista da terminologia, suporte ou continente são termos sinônimos que expressam a fisicalidade dos documentos. Suportes especiais é uma expressão utilizada como antonímia dos suportes tradicionais. Por exemplo, Magdaléna Cséve e Zoltá Bódi (1992) mesclam os critérios de distinção por exclusão do documento especial – não inclusão nas condições física e escritural –, e dividem os suportes entre: i) suportes escritos, compostos por elementos manuais e tipográficos (documentos escritos e documentos impressos) e, ii) suportes audiovisuais semelhantes aos suportes especiais que, por sua vez, são sinônimos dos documentos arquivísticos especiais (registros sonoros, fotografias, filmes cinematográficos, vídeos). Ainda na classe dos suportes, González García (1992) atribui a nomenclatura de “novos suportes” para os documentos arquivísticos especiais, divididos em duas subclasses: a. documentos audiovisuais e b. documentos em suporte informático.

As múltiplas definições que envolvem o documento arquivístico especial partem de um princípio de exclusão: tudo aquilo que não é fisicamente escrito e impresso, tradicional e convencional é negativamente definido como documento arquivístico especial. Esta condição em negativo dos documentos especiais está, por exemplo, institucionalizada na definição do *Dicionário Brasileiro de Terminologia Arquivística*, do Arquivo Nacional:

Documento em linguagem não textual, em suporte não convencional – ou, no caso de papel, em formato e dimensões excepcionais –, que exige procedimentos específicos para seu processamento técnico, guarda e preservação, e cujo acesso depende, na maioria das vezes, de intermediação tecnológica (ARQUIVO NACIONAL, 2005, p. 75).

Anna Mariz e Thiago Vieira (2005), à diferença das definições em negativo, conceituam os documentos arquivísticos especiais a partir de uma condição autônoma de alteridade e não como um contraste, por vezes subalterno, aos documentos arquivísticos convencionais. Esta ideia dos documentos arquivísticos especiais como algo “fora do comum” ou como elementos colecionáveis negativamente distintos do tradicional, argumentam Mariz e Vieira (2005, p. 301), deve ser destituída, sendo, no campo da arquivística, os documentos especiais um conjunto orgânico simetricamente similar aos fundos arquivísticos tradicionais.

Documentos especiais são aqueles que utilizam, para comunicar uma informação, a linguagem audiovisual, iconográfica ou sonora, e que necessitam, por causa de sua linguagem, de processamento técnico específico para análise e representação de sua informação; e por causa de seu suporte, de procedimentos técnicos diferenciados de preservação e acesso. São documentos especiais os documentos audiovisuais, os documentos iconográficos e os documentos sonoros. Nesta definição, as ênfases recaem na linguagem, no suporte, no tratamento arquivístico e na preservação/conservação (MARIZ; VIEIRA, 2005, p. 300).

A condição limítrofe dos documentos arquivísticos especiais suscitou um longo debate acerca da organicidade dos arquivos, pois, encarados isoladamente dos seus contextos, a separação de itens arquivísticos do conjunto interdependente e orgânico que configura o arquivo incorreria na quebra dos princípios de proveniência e ordem geral dos fundos arquivísticos. Esta condição marginal das coleções especiais que suscita, em acervos biblioteconômicos e museológicos, a separação física dos itens especiais do espaço dedicado ao acervo geral, no mundo da Arquivologia, perante a naturalidade da formação dos fundos arquivísticos, é de difícil estabelecimento, visto que a separação física acarreta a separação lógica (orgânica) dos conjuntos documentais dos arquivos. Este debate apresenta como as questões que envolvem as coleções especiais abrem outros nichos de problemas e de abordagens acerca do debate tradicional da formação e do desenvolvimento de coleções.

Vejamos, como no campo da Biblioteconomia, as questões conceituais das coleções especiais se colocam contextualmente.

## 2.2 As coleções especiais na Biblioteconomia

As características de não-escritura e não-impressão, que exo-orientam a definição de documentos arquivísticos especiais no campo da Arquivologia, não são necessariamente os mesmos índices que definem os materiais especiais no campo da Biblioteconomia. Claro que materiais como microfimes, fitas, CDs, DVDs e outras mídias não bibliográficas, são comumente designados pelas bibliotecas como materiais especiais ou, como tradicionalmente cunhou Paul Otlet (1934): *documents graphiques autres que les ouvrages imprimés* ou, simplesmente, *substituts du livre*. Todavia, o critério da fisicalidade de um documento, em específico, sua variação de formatos, não é suficiente para definir algo como especial, sob a ótica da Biblioteconomia.

À diferença do campo da arquivística, onde os documentos arquivísticos especiais são exo-orientados a partir da referência dos fundos arquivísticos tradicionais, no campo biblioteconômico, as coleções especiais, seletivamente construídas, são endo-orientadas, conforme a sua literatura. Ou seja, as coleções especiais na Biblioteconomia não são colocadas como uma região fronteira das coleções, mas, ao inverso, as coleções especiais são alçadas à condição de nobreza cultural dos materiais biblioteconômicos. As coleções especiais praticamente saem da esfera pragmática dos usos para ascenderem na hierarquia social do mundo das coisas biblioteconômicas, se estabelecendo quase que perenemente na estância expositiva do altar ou da vitrine. Migram da esfera dos valores de uso para, em alguns casos através dos valores de troca, ocuparem a esfera dos valores de exposição. Este movimento lembra a afirmação de Pierre Bourdieu (2007, p. 231) sobre os princípios de produção das práticas distintivas: “ao guardarem seu valor de uso, perdem seu valor distintivo.” Desta maneira, cobertos pelos véus da distinção, os cômodos desta estância nobremente valorada que acomodam as coleções especiais são, por vezes, denominados “sala de tesouro” (PINHEIRO, 2015, p. 34), como é o caso, por exemplo, da Biblioteca Nacional da Argentina.

A Biblioteca Nacional da Argentina não utiliza o termo corrente de “coleções especiais” para o cômodo dedicado aos materiais especiais. A nome desta estância é *Tesoro*.

*El Tesoro de la Biblioteca Nacional está conformado por las colecciones que ingresaron en la institución a través de la historia y fueron seleccionadas de manera especial porque debían recibir un cuidado específico de acuerdo*

*a su valor. Muchos y variados fondos bibliográficos conforman estas colecciones: los de Azamor y Ramírez, Chorroarín, Manuel Belgrano, Miguel O’Gorman, José de San Martín, Mariano Balcarce, Amancio Alcorta, Ezequiel Leguina, Pedro Denegri, Mujica Láinez, Jorge Luis Borges, Antonio Santamarina y Dardo Cúneo, entre muchos otros. Se pueden hallar en este fondo documentos antiguos, incunables y obras del siglo XVIII y XIX, colecciones de exlibris, publicaciones periódicas de muchos años atrás y colecciones especiales de ciertos autores, como Cortázar y Borges. (BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO, 2021).*

A sala de tesouros da Biblioteca Nacional da Argentina apresenta duas características centrais do campo da Biblioteconomia que dão relevo à diferença em relação ao campo da Arquivologia: i) a existência de uma reserva técnica distinta e uma repartição exclusiva para o armazenamento e o processamento das coleções especiais, ii) as coleções especiais são endo-orientadas, isto é, são quase que exclusivamente documentos bibliográficos (escritos e impressos).

A Biblioteca Nacional do Uruguai reforça estas duas características, ao ter um departamento dedicado às coleções especiais, chamado de *Materiales Especiales*, e por ter como itens especiais, em sua maioria, documentos bibliográficos (escritos e impressos), além de *acuarelas, monedas y medallas*, por exemplo. Para a Biblioteca Nacional do Uruguai, a característica especial de um documento está representada da seguinte maneira em sua coleção:

*En Materiales Especiales se conservan libros y folletos anteriores a 1850 de autores extranjeros y nacionales, ejemplares raros y únicos, incunables, libros iluminados, manuscritos históricos, grabados, mapas, planos, afiches, fotografías, publicaciones periódicas antiguas, postales, láminas, partituras, acuarelas, monedas y medallas (BIBLIOTECA NACIONAL DE URUGUAY, 2021).*

A condição endo-orientada das coleções especiais no campo da Biblioteconomia foi fortemente influenciada pela “raridade bibliográfica” e validada discursivamente nas estruturas do campo através da segmentação da “Biblioteconomia de Livros Raros” (GALBRAITH; SMITH, 2012). Por exemplo, a *Library of Congress* (LC), maior biblioteca em extensão do mundo e instituição responsável pela salvaguarda do repertório bibliográfico nacional dos Estados Unidos da América, nomeia o local dedicado aos materiais especiais como: Divisão de Livros Raros e Coleções Especiais (*Rare Book and Special Collections Division*).

*Today the division’s collections amount to nearly 800.000 books, broadsides, pamphlets, theater playbills, title pages, prints, posters, photographs, and Medieval and Renaissance manuscripts. Although the division’s materials have come into its custody for a variety of reasons--their monetary value, importance in the history of printing, binding, association interest, or fragility, they have one point in common: the collections offer scholarly documentation about the western and American traditions of life and learning. (LIBRARY OF CONGRESS, 2021).*

A Divisão de Livros Raros e Coleções Especiais é formada por um compósito de diversos tipos de documentos, em sua maioria, materiais bibliográficos – livros, cartazes, panfletos, cartazes de teatro, páginas de rosto, gravuras, pôsteres e manuscritos medievais e renascentistas –, além de fotografias e outros materiais especiais. A definição de coleções especiais é variável, pois os contextos alteram as realidades das coleções e, por consequência, as descrições dos conceitos. A *Library of Congress* possui um conjunto de traços distintivos para o estabelecimento do que é uma coleção especial, sendo identificados ao menos três critérios básicos: proveniência (*provenance*), valor (*value*) e curadoria (*curation*).

A proveniência (*provenance*) diz respeito aos itens pertencentes a uma determinada pessoa ilustre ou coleção sobre uma figura histórica com alguns itens pertencentes a ela, por exemplo, no caso da LC, as coleções: *Houghton Whitman Collection*, *Alfred Whital Stern Collection of Lincolniana*, *Thomas Jefferson Collection*. O valor (*value*) enquanto critério seletivo de distinção e ascendência ao especial e/ou raro atende a um conjunto de itens que representam, por exemplo, um período significativo da história, como a *Rosenwald Collection*, coleção carro-chefe da Biblioteca, que ilustra a história do livro desde o manuscrito medieval até a contemporaneidade. A questão do valor também envolve questões de gestão e segurança do acervo especial/raro, como proteções contra roubo de materiais, ou, separação física do acervo geral devido aos desgastes provocados pela exposição nas estantes. O terceiro critério para a seleção da *Rare Book and Special Collections Division* é a curadoria (*curation*). Curadores, colecionadores de livros, bibliófilos, vendedores de livros, organizações reúnem livros e outros materiais em uma coleção para criar uma certa narrativa. A *Bitting Gastronomy Collection* é um exemplo de coleção com curadoria, onde poucos dos milhares de livros dessa coleção valem muito por si só, todavia, Kathrine Golden Bitting formou e desenvolveu esta coleção para ilustrar o crescimento da culinária internacional ao longo de 1000 anos. Esta organicidade histórica apresentada pelo curador(a), também presente em outras coleções da LC como *John Davis Batchelder Collection* e *Jay Kislak Collection*, configura um movimento decisivo para os sujeitos sociais que classificam os acervos identificarem, pelo gosto da distinção socialmente disseminado, o que é raro e especial do que é comum e convencional.

A respeito da atribuição de raridade bibliográfica, Ana Virginia Pinheiro (2015; 1989) assinala para os aspectos fugidios do conceito de raridade, inscritos nos padrões culturais, nas cercanias instrucionais dos campos acadêmico-científicos, nas características bibliológicas da materialidade e dos conteúdos disseminados pelas obras em análise. Como oferta enunciativa ao debate, estabelece cinco critérios para a delimitação das coleções raras e especiais: 1) limite

histórico, 2) aspectos bibliológicos, 3) valor cultural, 4) pesquisa bibliográfica e 5) características do exemplar (PINHEIRO, 1989). Além destes critérios, a partir de Dooley e Luce (2010), Ana Virginia Pinheiro (2015, p. 34) define as coleções especiais “por seu valor artefactual ou monetário, pelos formatos físicos que armazenam, pela singularidade ou raridade dos itens, e/ou pelo compromisso institucional com a preservação e o acesso em longo prazo”. A condição de especialidade e raridade bibliográfica indexa aos seus procedimentos de custódia, cuidados distintos e dessemelhantes àqueles das coleções tradicionais. As decisões em relação às coleções especiais passam pelo desenvolvimento de políticas que envolvam a guarda, o tratamento, a preservação, a conservação, a proteção e a vigilância. Visando garantir um amanhã para as coleções especiais e elementos para as decisões, Ana Virginia Pinheiro (2015, p. 39) propõe as seguintes estratégias e ações:

- a) prioridades de processamento (definição da obra que será preservada imediatamente e do exemplar precioso que será objeto dessa preservação);
- b) condições de reprodução (por demanda, por iniciativa do bibliotecário, para acesso remoto);
- c) recursos que complementem o restauro, a digitalização e a microfilmagem (descrições bibliográficas exaustivas, com informações detalhadas sobre o item);
- d) soluções para situações de perda (vandalismo, furto e roubo);
- e) ações preventivas ou curativas para situações de risco (sinistros);
- f) definições sobre questões de posse e propriedade (coleções doadas, vendidas ou guardadas por tempo determinado ou não);
- g) condições de acesso às coleções (definição de áreas de guarda, sinalização, normas de trânsito e perfil de usuário);
- h) critérios de armazenamento (normas de guarda, padrões de mobiliário, monitoramento ambiental);
- i) padrões de acondicionamento (embalagens);
- j) métodos de seleção de obras/exemplares para guarda em cofres (definição de cimélios, isto é, os itens mais raros entre os raros);
- k) normas de uso (critérios, treinamento, técnicas de manuseio);
- l) procedimentos técnicos sistêmicos e continuados (inventário, catalogação, higienização); e
- m) serviços e produtos; entre outros procedimentos.

Expressão distintiva de uma posição privilegiada no espaço social da organização dos materiais nas bibliotecas, as coleções especiais ocupam tal *status* por questões de nobreza e reconhecimento cultural e pelos valores implicados no juízo de gosto ocidental (BOURDIEU, 2007). Desde um ponto de vista axiológico, além do valor informacional intrínseco (texto) e extrínseco (aspectos materiais), a transformação da condição documental comum em especial encontra-se baseada nos valores: i) institucionais (orientação das organizações públicas e/ou privadas), ii) históricos (pesquisa e uso público), iii) intrínsecos (monetário ou simbólico), e iv) associativo (relacionado com indivíduos, lugares ou grupos socialmente reputados)

(ZUÑIGA, 2002). Esses valores associados aos elementos que configuram as coleções especiais expressam a matriz dominante de percepção e civilidade do mundo social moderno (BOURDIEU, 2007), historicamente determinado pelos valores da “História Tradicional” revelados pela “Nova História” da “Escola dos *Annales*” (FEBVRE, 2011; LE GOFF, 2011; BURKE, 2010). Por exemplo, como já visto, são propriedades substanciais da formação social do mundo moderno do Ocidente e das coleções especiais biblioteconômicas (BOURDIEU, 2007, p. 158): a atribuição de especialidade e raridade vinculada às pessoas ilustres – figuras históricas significativas e seus objetos –, às datas e acontecimentos históricos significativos para a narrativa da história tradicional e oficial do Ocidente, a “pureza” e a “originalidade” – a primeira edição, a primeira impressão –, a condição imaculada do único e seus qualificativos associados – raro, distinto, exclusivo, excepcional, singular, inaudito, incomparável.

Seguindo a argumentação da crítica social do julgamento tecida por Bourdieu, as condições de existência dos sinais distintivos gestadas no mercado de bens culturais e simbólicos, ou, simplesmente, a distinção, é a condição de possibilidade da raridade de algo, um atributo decisivo da eloquência ocidental disseminada no léxico moral das sociedades burguesas (BOURDIEU, 2007, p. 388). Esta retórica privilegia o raro em detrimento do comum, o distinto em detrimento do vulgar, o escolhido em prejuízo do qualquer, o único em prejuízo do ordinário, o exclusivo em desfavor ao banal, e, nesta lógica das contradições, acaba por erigir ou reproduzir os esquemas classificatórios das estruturas estruturantes da sociedade capitalista profundamente classista e desigual. Na dialética entre os “detentores distintos” e os “pretendentes pretensiosos”<sup>1</sup>, a lógica das sociedades modernas alcança as paisagens das coleções especiais, através dos espaços sociais de autonomia relativa do campo da Biblioteconomia.

---

<sup>1</sup> “As lutas, cujo pretexto consiste em tudo o que, no mundo social, se refere à crença, ao crédito e ao descrédito, a percepção e a apreciação, ao conhecimento e ao reconhecimento – nome, reputação, prestígio, honra, glória e autoridade –, em tudo o que torna o poder simbólico em poder reconhecido, dizem respeito forçosamente aos detentores ‘distintos’ e aos pretendentes ‘pretensiosos’. Reconhecimento da distinção que se afirma no esforço para se apropriar dela, nem que fosse sob a aparência ilusória do blefe ou do símile, e para se distanciar em relação aos que estão desprovidos dela, a pretensão inspira a aquisição, por si banalizante, das propriedades até então mais distintivas, além de contribuir, por conseguinte, para apoiar continuamente a tensão do mercado dos bens simbólicos, obrigando os detentores das propriedades distintivas, ameaçadas de divulgação e vulgarização, a procurar indefinidamente a afirmação de sua raridade nas novas propriedades. A demanda engendrada continuamente nesta dialética e, por definição, inesgotável já que suas necessidades dominadas devem redefinir-se, indefinidamente, em relação a uma distinção que se define sempre negativamente em relação a elas.” (BOURDIEU, 2007, p. 235).

### 2.3 As coleções especiais na Museologia

No campo da Museologia, aparentemente, as diferenças institucionais são grandes, pois, os museus têm, em geral, dedicações específicas, por exemplo, Museu de História Natural, *Gutenberg Museum* – sobre a história da tipografia –, Museu do Futebol, Museu da Imagem e do Som, Museu de Arte Moderna, além é claro dos museus com alcance nacional e internacional. Desta maneira, com enfoques institucionais tão díspares perante as multiplicidades das formações e do desenvolvimento das coleções museológicas, as características das coleções especiais variam. Todavia, nestas circunstâncias pode-se observar que o especial guarda consigo traços semelhantes às características do campo da arquivística, isto é, as coleções especiais são itens colecionáveis que se encontram à margem do escopo institucional, mas que, por motivos axiológicos, por exemplo, de narrativa, são agregados ao museu com o fim acessório de enriquecer a história ali relatada.

Investigando os sítios eletrônicos de alguns museus, percebe-se que as coleções especiais não são muito prestigiosas, em geral, não sendo minimamente mencionadas, por não serem constituídas nessas instituições. Talvez, a especificidade e o caráter não-convencional de muitos museus não deem margem para o estabelecimento de coleções especiais com características exo-orientadas. No que diz respeito às características endo-orientadas, por exemplo, o Museu de Astronomia e Ciências Afins (MAST), instituto de pesquisa do Ministério da Ciência e Tecnologia (MCT), possui em sua biblioteca um acervo de “coleções especiais”, composto pela *Coleção Documentos Brasileiros*, *Coleção Brasiliana* e *Coleção Lélío Gama*. Estas coleções especiais seguem a constelação de dispositivos científico-conceituais do campo da Biblioteconomia, não apresentando características próprias do campo museológico.

Dos museus investigados, um dos poucos que mencionam a existência de uma coleção especial característica do campo museológico foi o Museu Nacional de Belas-Artes (MNBA). O acervo do MNBA preserva as instâncias oficiais de reprodução e legitimação das regras da arte, relatadas por Pierre Bourdieu (1992).

O acervo do MNBA teve início com um núcleo trazido da Europa, em 1816, por Joachim Lebreton, visando à constituição de uma Academia Real de Artes. Nos anos 1830, incorpora a Coleção Real, vinda de Portugal com o Príncipe Regente Dom João, em 1808. [...] Herdeiro da Academia Imperial e da Escola Nacional de Belas Artes, o acervo artístico do Museu Nacional de Belas Artes, conta com mais de 20 mil obras. Especializada na produção estética brasileira, do século XIX à atualidade, a arte europeia também possui presença destacada, enquanto um pequeno e expressivo conjunto introduz a estética africano-negra. Assim, através de esculturas, pinturas monumentais, gravuras, artes aplicadas, desenhos,

fotografias, novos meios expressivos contemporâneos, o acervo reunido no MNBA apresenta a pluralidade e extensão do universo criativo plástico, sobretudo do brasileiro. A coleção do MNBA foi subdividida em curadorias, cada uma delas obedecendo o critério de técnica artística, são elas: Pintura Brasileira, Pintura Estrangeira, Desenho Brasileiro e Estrangeiro, Escultura e Arte Africana, Gravura Brasileira e Estrangeira, Coleções Especiais (Arte decorativa, Arte Popular, Mobiliário, Medalhística, Numismática, Arte Indígena), Fotografia e Novas Linguagens. (MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES, 2021).

As coleções especiais do MNBA estão divididas entre Arte decorativa, Arte Popular, Mobiliário, Medalhística, Numismática, Arte Indígena. As Belas Artes são a expressão da arte oficial (BOURDIEU, 1992, p. 111), espaço clássico da Modernidade e expressão do “mundo das letras”, onde, segundo Immanuel Kant (1993), o uso público da razão se estabeleceria. As instituições normativas das Belas Artes são a condição de funcionamento de grande parte da economia de bens culturais, como, por exemplo: os lugares de exposição (museus), as instâncias de consagração (Academias de Belas Artes), de reprodução dos produtores (Escolas de Belas Artes), de agentes especializados (curadores, *marchands*, críticos, historiadores da arte, colecionadores) (BOURDIEU, 1992, p. 326). Através dos dispositivos simbólicos de percepção e apreciação das obras e dos valores da arte, as Belas Artes estabeleceram o cânone dominante e legaram às barras da arte, os conjuntos de agentes e instituições que não compartilhavam com os mesmos valores e nem participavam da produção das crenças dominantes.

Como é perceptível, o MNBA possui um conjunto destas características descritas como as regras da arte por Bourdieu. O MNBA é fruto de uma coleção trazida das metrópoles colonizadoras da Europa para o mundo colonizado das Américas. Seu propósito era tornar-se uma Academia de Belas Artes – uma instância de consagração –, e para isto, teve incorporado ao seu acervo, a Coleção Real do Príncipe Regente Dom João. Herdeiro da consagração e da reprodução da nobreza cultural colonial – a Academia Imperial e a Escola Nacional de Belas Artes –, o MNBA, apesar das críticas pós-estruturais, pós-modernas e da guinada decolonial dos últimos anos, ainda considera como marginais e exo-orientadas ao seu escopo – a estética brasileira – expressões artístico-culturais como as artes populares e indígenas, por exemplo. Apesar de mencionadas na descrição das coleções, o conteúdo das coleções especiais está suprimido/ausente no sítio eletrônico do MNBA. É a única das curadorias invisibilizada e não representada no menu “Coleções” e no conjunto de links disponibilizados sob o título “todas as coleções”. Não há nenhum conteúdo acerca de ao menos uma das seis coleções que compõem as coleções especiais do MNBA. Arte decorativa, Arte Popular, Mobiliário, Medalhística, Numismática e Arte Indígena habitam os guetos das Belas Artes nos salões virtuais do MNBA.

Caso abordemos as coleções especiais como tudo aquilo que difere do foco primaz do acervo institucional, mas que, ainda assim, encontra-se no escopo de interesse da instituição, um duplo movimento torna-se hipoteticamente perceptível neste ato de inclusão por exclusão: i) as coleções especiais são resíduos da cultura, do culto e das Belas Artes, por isso, apesar de não estarem no espaço nuclear do acervo, ainda assim, encontram-se lá marginalmente, e ii) são uma expressão em negativo da estética oficial da nação, reflexos de um não-saber ou de um saber especial que demarca a distinção entre o belo civilizado e o grotesco exótico do popular e do indígena, em específico, para este caso (ARANTES, 1990). Deste modo, as coleções especiais são uma expressão exo-orientada em relação às Belas Artes da estética do Brasil oficial. Outras explicações são possíveis, todavia, este é um movimento de larga duração na formação das constelações culturais e seus sistemas de conhecimento e reconhecimento, em especial, no Brasil.

### 3 CONCLUSÃO

Esse texto teve por objetivo abordar as coleções especiais sob o domínio das distinções e da crítica social dos julgamentos. Nesta abordagem foram caracterizados dois modos distintos de documentos especiais, os hipodocumentos e supradocumentos. Através dos caminhos metodológicos comparativos entre os campos acadêmico-científicos da Arquivologia, da Biblioteconomia e da Museologia, assinalamos também para um duplo movimento – exo-orientado e endo-orientado – de definição do que seriam as coleções especiais, nesses contextos dinâmicos, processuais e historicamente orquestrados do conhecimento. A perspectiva crítica adotada está em diálogo com a crítica epistemológica dos conceitos de raridade e coleções especiais indicada, a nível de diagnóstico social, por Andre Araújo (2015) em seu texto “Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações”. A questão da fisicalidade e da tipologia documental dos formatos bibliográficos e não-bibliográficos, sempre que acionadas no texto, tiveram como paisagem de fundo e de orientação a materialidade da produção de significados e dos efeitos culturais provocados pelo caráter público, social e material da informação, seja em seu sentido tradicional e historicamente determinado pelos processos de dominação social (*informo*), seja no sentido contemporâneo e disforme dos novos formatos e dos modos alternativos de interpelar a contrapelo a história e narrar, sob a pena dos oprimidos, os acontecimentos de um mundo social informacionalmente outro (*informis*). Desde um ponto de vista sociocultural, as questões de patrimônio são um ponto prático-conceitual apenas tocado

em sua superfície por este texto. Em um segundo momento, a partir dos elementos enunciados neste artigo, pretendemos avançar no tratamento das questões do objeto patrimonial (MELOT, 2004), do patrimônio bibliográfico (MOUREN, 2007; PALMA PEÑA, 2013), do patrimônio cultural e documental (SOUZA, CRIPPA, 2009; ARARIPE, 2004), sob o domínio das distinções e dos julgamentos sociais, históricos e discursivos do poder em suas ações modernas e contemporâneas (DAY, 2001).

Sob esta perspectiva crítica, torna-se urgente ouvir as especialidades das coleções dos arquivos coloniais, “os lugares do imaginário e instituições que produziam histórias, na medida em que ocultavam, revelavam e reproduziam o poder estatal” (STOLER, 2018, p. 217), dos arquivos imperiais e “a representação fantástica de um padrão epistemológico predominante” (RICHARDS, 1993, p. 11), da visão dos povos originários a respeito dos itens museológicos subtraídos destas comunidades, a partir do processo de violação causado pela colonização, e, o movimento posterior de restituição destes itens e as reclassificações provocadas nessas coleções especiais a partir dos olhares locais (BRULON, 2020). Além dessas e de outras questões críticas dos campos da Arquivologia e da Museologia, cujas características de definição do especial em suas coleções possuem um traço comum exo-orientado, a Biblioteconomia, possuidora de uma característica distinta de classificação das suas coleções especiais, endo-orientadas pelos valores de ascendência cultural da história tradicional, precisaria reposicionar os seus valores e libertar-se para um mundo descolonizado e, não apenas auscultar os corações dos documentos de cultura, mas também, adversativamente, abrir os tímpanos para as vozes sufocadas nos escombros dos documentos de barbárie. Trata-se de uma teoria crítica dos documentos especiais por vir, uma tarefa dos novos tempos.

## REFERÊNCIAS

- ARANTES, Antonio Augusto. *O que é cultura popular?* São Paulo: Brasiliense, 1990.
- ARARIPE, F. M. A. Do patrimônio cultural e seus significados. *Transinformação*, v. 16, n. 2, p. 111-122, 2004.
- ARAUJO, Andre Vieira de Freitas. Gestão de coleções raras e especiais no séc. XXI: conceitos, problemas, ações. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Orgs.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 15-31.
- ARQUIVO NACIONAL (Brasil). *Dicionário brasileiro de terminologia arquivística*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005.
- ASSOCIAÇÃO DOS ARQUIVISTAS HOLANDESES. *Manual de arranjo e descrição de arquivos*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1973, p.167.
- BIBLIOTECA NACIONAL MARIANO MORENO. *Tesoro*. Sala Paul Groussac. 2021. Disponível em: <http://www.bibnal.edu.ar/biblioteca/salas/tesoro>. Acesso em: 12 jan. 2021.

- BIBLIOTECA NACIONAL DE URUGUAY. *Materiales Especiales*. 2021. Disponível em: <https://www.bibna.gub.uy/materiales-especiales/>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- BOURDIEU, Pierre. *A distinção: crítica social do julgamento*. São Paulo: Edusp, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.
- BRULON, Bruno. Descolonizar o pensamento museológico: reintegrando a matéria para re-pensar os museus. *Anais do Museu Paulista*, v. 28, p. 1-30, 2020.
- BUCKLAND, Michael. What is a document? *Journal of the American Society for Information Science*, v. 48, n. 9, p. 804-809, 1997.
- BURKE, Peter. *A Escola dos Annales 1929-1989: a revolução francesa da historiografia*. São Paulo: Unesp, 2010.
- CSÉVE, Magdaléna; HUNGRIA, Zoltá Bódi. El archivero de soportes especiales una crisis de identidad. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE LOS ARCHIVOS, 12., 1992, Montreal. *Anais [...]*. Montreal: s.n., 1992. p. 1-12.
- DOOLEY, J. M.; LUCE, K. *Taking our pulse: the OCLC research survey of special collections and archives*. Dublin: OCLC, 2010. Disponível em: <http://www.oclc.org/content/dam/research/publications/library/2010/2010-11.pdf>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- DURANTI, Luciana. *Diplomatics: new uses for an old science*. Society of American Archivists: Maryland, 1998.
- FEBVRE, Lucien. Contra o vento: manifesto dos novos Annales. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 74-85.
- FROHMANN, Bernd. Revisiting “what is a document?”. *Journal of Documentation*, v. 65, n. 2, p. 291-303, 2009.
- GALBRAITH, S. K.; SMITH, G. D. *Rare book Librarianship: an introduction and guide*. California: ABC-CLIO, 2012.
- GONZÁLEZ GARCÍA, Pedro. Los documentos en nuevos soportes. *Boletim do arquivo*, São Paulo, v.1, n.1, p. 19-38, 1992.
- KANT, Immanuel. *Conflito das Faculdades*. Lisboa: Edições 70, 1993.
- LACERDA, Aline Lopes de. *A fotografia nos arquivos: a produção de documentos fotográficos da Fundação Rockefeller durante o combate à febre amarela no Brasil*. 2008. Tese de Doutorado em História Social, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.
- LE GOFF, Jacques. A História Nova. In: NOVAIS, Fernando A.; SILVA, Rogerio Forastieri da (Orgs.). *Nova História em perspectiva*. São Paulo: Cosac Naify, 2011. p. 128-179.
- LIBRARY OF CONGRESS. *Rare Book and Special Collections Division*. 2021. Disponível em: <https://www.loc.gov/rr/rarebook/about.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.
- LUND, Niels W. Document theory. *Annual Review of Information Science and Technology*, v. 43, n. 1, p. 399-432, 2009.
- MARIZ, Anna Carla Almeida; VIEIRA, Thiago de Oliveira. A construção da noção de documentos especiais na Arquivologia. *Revista do Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro*, n. 9, p. 287-302, 2015.
- MELOT, M. Qu'est-ce qu'un objet patrimonial? *Bulletin des Bibliothèques de France*, v. 5, p. 5-10, 2004.
- MEYRIAT, Jean. Ducoment, documentation, documentologia. In: COUZINET, Viviane (Org.). *Jean Meyriat, théoricien et praticien de l'information-documentation*. Paris: ABDS, 2001. p. 143-159.
- MOUREN, R. *Manuel du patrimoine en bibliothèque*. Paris: Cercle de la librairie, 2007.
- MUSEU NACIONAL DE BELAS ARTES. *Coleções*. 2021. Disponível em: <https://mnba.gov.br/portal/colecoes.html>. Acesso em: 12 jan. 2021.

OTLET, Paul. *Traité de documentation: le livre sur le livre: théorie et pratique*. Bruxelas: Editions Mundaneum, 1934.

PAES, Marilena Leite. *Arquivo: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1986.

PALMA PEÑA, J. M. El patrimonio cultural, bibliográfico y documental de la humanidad: Revisiones conceptuales, legislativas e informativas para una educación sobre patrimonio. *Cuicuilco*, v. 20, n. 58, p. 31-57, 2013.

PEARCE-MOSES, Richard. *A Glossary of Archival and Records Terminology*. Chicago: The Society of American Archivists, 2005. Disponível em: <http://www.archivists.org/glossary/index.asp>. Acesso em: 12 jan. 2021.

PINHEIRO, Ana Virginia. História, Memória e Patrimônio: convergências para o futuro dos acervos especiais. In: VIEIRA, Brunno V. G.; ALVES, Ana Paula Meneses (Orgs.). *Acervos especiais: memórias e diálogos*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2015. p. 33-44.

PINHEIRO, Ana Virginia. *Que é livro raro?: uma metodologia para o estabelecimento de critérios de raridade bibliográfica*. Rio de Janeiro: Presença, 1989.

RICHARDS, Thomas. *The Imperial Archive: knowledge and the fantasy of empire*. Londres: Verso, 1993.

RONDINELLI, Rosely Curi. *O documento arquivístico ante a realidade digital: uma revisão conceitual necessária*. Rio de Janeiro: FGV, 2013.

ROUSSEAU, Jean-Yves; COUTURE, Carol. *Os fundamentos da disciplina arquivística*. Lisboa: Dom Quixote, 1998.

SOUZA, Willian Eduardo R. de; CRIPPA, Giulia. O patrimônio cultural como documento: reflexões transdisciplinares para novos horizontes na Ciência da Informação. *Transinformação*, v. 21, n. 3, p. 207-223, 2009.

STOLER, Ann Laura. Os arquivos coloniais e a arte da governança. In: HEYMANN, Luciana; NEDEL, Letícia (Orgs.). *Pensar os arquivos: uma antologia*. Rio de Janeiro: FGV, 2018. p. 207-236.

ZUÑIGA, Solange Sette G. de. A importância de um programa de preservação em arquivos públicos privados. *Registro: Revista do Arquivo Público Municipal de Indaiatuba*, ano 1, n. 1, p. 72-91, 2002. Disponível em: [https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registo\\_1.pdf](https://www.promemoria.indaiatuba.sp.gov.br/arquivos/galerias/registo_1.pdf). Acesso em: 12 jan. 2021.